

ABRIL 2018

Diretor:  
João Dias da Silva

Jornal  
**online**  
Federação Nacional  
da Educação



# ESCOLA DE QUALIDADE

## SÓ COM TRABALHADORES VALORIZADOS



**P.3 - FNE ESTEVE REUNIDA COM GRUPOS PARLAMENTARES**



**P.6 À P.8- CICLO DE CONFERÊNCIAS PASSOU POR FUNCHAL E ÉVORA**

Trabalhadores da Educação em greve

# PRECARIEDADE: NÃO!

P.3 À P.5

NESTA EDIÇÃO

**P.2 - EDITORIAL | P.4, P.5 - FNE CONVOCA GREVE DE TRABALHADORES NÃO DOCENTES PARA 4 DE MAIO | P.9 - CONTRATO COLETIVO ENTRE A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (CNEF), A FNE E OUTROS | P.10 - FNE EM DUBLIN COM A ALIANÇA DAS APRENDIZAGENS | P.11 À P.13 - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA - ABRIL DE 2018**

# Editorial



## MÊS DE MAIO, MÊS DE AÇÃO

Ao finalizarmos o mês de abril, e comemorando os 44 anos da Revolução que nos devolveu a liberdade, estamos prontos para celebrar maio.

**Celebrar maio é estar no 1º de maio** com toda a convicção da importância desta data e que deve ser uma jornada para sublinhar a importância da dignidade do trabalho; neste dia, neste ano de 2018, a UGT celebra o Dia do Trabalhador em Figueiró dos Vinhos, numa afirmação de que a solidariedade e o combate contra as assimetrias se fazem com atos e não apenas com discursos. Celebrar o 1º de maio em Figueiró dos Vinhos é afirmar que é possível e é necessário descentralizar e apostar no interior, nas suas potencialidades, para uma sociedade mais justa e mais coesa.

**Celebrar maio é fazer a Greve Nacional de Trabalhadores Não Docentes de 4 de maio** com toda a mobilização, para que constitua a afirmação clara do descontentamento destes Trabalhadores, por verificarem que continuam esquecidos,, porque o restabelecimento das carreiras especiais a que têm direito não está a ser construído, porque a precariedade continua a marcar a vida de milhares destes Trabalhadores, sem expectativas de segurança e estabilidade, porque as escolas continuam sem verem preenchidas as suas necessidades permanentes em termos destes grupos de profissionais.

**Celebrar maio é fazer uma grande Manifestação Nacional de Professores, em 19 de maio**, para afirmar que os Docentes portugueses não prescindem de um só dia dos 9 anos, 4 meses e 2 dias em que a sua carreira esteve congelada e que não admitem a desconsideração de verem aquele tempo substituído por uns simbólicos 2 anos, 9 meses e 18 dias, que os Docentes portugueses têm direito a verem reconhecidos limites para o seu tempo de trabalho semanal, que os Docentes portugueses têm direito a verem compensado o especial desgaste que a profissão comporta.

Celebrar maio é não desistir, celebrar maio é exigir respeito, celebrar maio é afirmar que para termos uma **educação de qualidade só com profissionais valorizados**.

João Dias da Silva  
Secretário-Geral

# fine

# Ronda da FNE nos Grupos Parlamentares

A Federação Nacional da Educação (FNE) realizou no mês de abril um conjunto de reuniões com os diferentes Grupos Parlamentares (GP), na Assembleia da República (AR).

A FNE transmitiu aos representantes dos partidos o profundo descontentamento pelo bloqueamento em que se encontram as negociações com o Ministério da Educação, a propósito da recomposição da carreira por efeitos da recuperação do tempo de serviço congelado.



O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, fez nos vários encontros realizados uma exposição com os argumentos relativos às matérias que decorrem do Compromisso assinado em novembro de 2017 e que continuam sem solução, o que está a provocar, legitimamente, um fortíssimo descontentamento entre todos os Docentes portugueses. Foi neste contexto que a FNE sublinhou aos GP a importância da manifestação marcada para 19 de maio, em Lisboa.

A questão da greve dos Não Docentes, marcada para dia 4 de maio, foi outros dos temas conversados em todas as reuniões e onde foi reforçada a ideia de que é inadmissível a forma como o Governo trata estes profissionais da Educação, não percebendo que estes trabalhadores são a linha da frente das escolas, sendo também realçada a importância de existir um estudo que gira melhor a questão das necessidades permanentes de cada unidade educativa, para acabar com o recurso sistemático à precariedade.

Foi então nesta base de diálogo que decorreram as audições. E os dois primeiros encontros com GP realizaram-se primeiro com o PSD, representado pela Deputada Margarida Mano, e depois com o CDS, através das deputadas Ana Rita Bessa e Ilda Araújo. Ambos os Partidos mostraram preocupação pela situação descrita, apoiando a solução da manifestação como forma de mostrar ao Governo o descontentamento (no setor da Educação).

Esta opinião foi dias mais tarde partilhada pelos deputados do BE, Manuel Grilo e Luís Monteiro, que consideraram o protesto marcado para 19 de maio como um forte sinal para o governo sobre as várias matérias em falha, relativamente ao que ficou estabelecido na Declaração de Compromisso de 18 de novembro, acrescentando ainda que é necessário insistir na continuação da negociação sindical sobre matérias, como por exemplo as regras dos concursos.

Assim como na questão da componente letiva e não-letiva é preciso que sejam os sindicatos a discutirem-na



com o Governo e não o Parlamento através de Decretos. Sobre a situação dos Não Docentes, o BE defendeu que o Governo devia fazer muito mais, e que é um contrassenso após a aprovação do PREVPAP andar a contratar precariamente como continua a acontecer. O BE referiu ainda defender que as carreiras devem ser descongeladas por inteiro, considerando fundamental que exista pressão social, sindical e política de

forma a encontrar uma saída para as negociações.

No primeiro encontro de sempre entre FNE e PAN, a Coordenadora da Secretaria de Ação Jurídica do PAN, Cristina Rodrigues, e os assessores parlamentares Sara Martins e Márcio da Quadrada foram quem recebeu a



nossa delegação. Após a exposição das várias matérias em que a FNE demonstrou o descontentamento pelo rumo levado nas negociações com a tutela, o PAN garantiu ir estudar e analisar todas as situações apresentadas.

No último encontro com os GP, a delegação da FNE foi recebida pela deputada do PS Susana Amador. A representante socialista referiu que o



seu GP acredita que as negociações ainda estão em aberto e que ainda vai ser possível encontrar um caminho, de forma que se encontre a equidade com as restantes carreiras, considerando que na questão dos Não Docentes se verifica que o PREVPAP ficou aquém do que era suposto, mas que os contratos a prazo são necessários para colmatar falhas momentâneas. Susana Amador terminou a reunião afirmando que a missão dos sindicatos é não desistir e a dos partidos garantir equilíbrio e equidade.

**Resolução do Secretariado Nacional da FNE, de Não Docentes, aprovada por unanimidade na reunião realizada em Lisboa, no dia 11 de abril de 2018**

## **FNE convoca greve de Trabalhadores Não Docentes para 4 de maio**



Ao longo dos tempos, a FNE foi apresentando sucessivamente as suas propostas e preocupações em relação à falta de reconhecimento da importância dos Trabalhadores Não Docentes para uma escola de qualidade.

No final do ano passado, e na sequência do debate promovido a propósito da Petição que a FNE e FESAP apresentaram para o restabelecimento das carreiras dos trabalhadores não docentes, a Assembleia da República, em 15 de dezembro de 2017, aprovou uma Resolução que recomenda ao Governo que, em negociação com as organizações sindicais, restabeleça as carreiras dos trabalhadores não docentes.

A precariedade e a insuficiência continuam a ser as características que se associam às escolas quando se fala dos Trabalhadores Não Docentes, e referimo-nos a Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores, entre os quais os Psicólogos, tão

justamente reclamados para as mais diversas intervenções nas nossas escolas e sistematicamente reconhecidos como insuficientes.

As necessidades permanentes das escolas continuam a ser asseguradas pelo recurso a trabalhadores sem vínculo e a tempo parcial, para os quais não se vislumbra qualquer expectativa de vinculação. Mesmo os trabalhadores que têm acumulado contratações sucessivas não veem assegurado o direito à entrada nos quadros.

Não se tem verificado, da parte do Ministério da Educação, a assunção clara das suas responsabilidades em relação a estes Trabalhadores. E mesmo a forma como tem assegurado de uma forma limitada a contratação, a título precário, de Trabalhadores Não Docentes, continua a traduzir-se numa insuficiência destes Trabalhadores que marca negativamente a generalidade das escolas portuguesas.

Apesar de o artigo 25.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que se orienta para um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários que abranja as situações do pessoal da Administração Pública, em particular dos trabalhadores da Educação, que desempenhem funções correspondentes a necessidades permanentes, o que se tem verificado é que este processo não é tão célere quanto o Sistema Educativo carece, uma vez que o processo iniciado concretamente a 3 de maio de 2017 (com a Portaria 150/2017) ainda não tem fim à vista. Em 29 de dezembro de 2017 foi publicada regulamentação para lhe dar continuidade, mas é muito elevado o número de Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Psicólogos que vivem a incerteza sobre o seu futuro ao aproximar-se o termo do ano letivo.

Foram muitas as circunstâncias em que a FNE alertou para a necessidade de se adotarem procedimentos concretos que constituíssem resposta para a insuficiência, a precariedade e a falta de reconhecimento que estão associadas a estes Trabalhadores.

A FNE sublinha que a precariedade não pode continuar a ser a marca associada a estes Trabalhadores, aos quais deve ser reconhecido o direito a vinculação na sequência de duas contratações sucessivas, a exemplo aliás do que o Governo acaba de propor para o setor privado, em sede de Concertação Social.

Para a FNE, é imprescindível que o Ministério da Educação e o Governo iniciem o mais cedo possível a negociação com as organizações sindicais com vista ao restabelecimento das carreiras especiais dos Trabalhadores Não Docentes.

Para a FNE, é imprescindível que o Governo reconheça que tem de haver em 2019 uma valorização salarial para a Administração Pública que tenha particularmente em atenção as remunerações mais baixas, de forma a mitigar os efeitos negativos da ausência de acréscimos salariais desde há mais de dez anos e ainda dos justos aumentos do salário mínimo nacional.

Verifica-se em concreto, na Lei de Orçamento de Estado para 2018, a aprovação de legislação própria que promova a correção de distorções na tabela

remuneratória da carreira geral de assistente operacional. Ora, entendemos de toda a justiça que essas correções sejam feitas também nas tabelas remuneratórias das carreiras de Assistente Técnico e de Técnico Superior.

Para a FNE, é imprescindível que os milhares de trabalhadores não docentes da educação que têm servido dedicadamente as escolas, mas precariamente, sejam integrados nos quadros do Ministério da Educação.

Para a FNE, é imprescindível que as escolas estejam dotadas, com estabilidade, do número de trabalhadores não docentes essenciais ao seu regular funcionamento.



Torna-se também inadiável a concretização de várias mobilidades, nomeadamente nas categorias de Coordenador Técnico e Encarregado Operacional. Este continua a ser um dos nossos focos emergentes, uma vez que estão há largos anos em precariedade numa carreira de substituição.

Para a FNE, é imprescindível que a gestão dos Trabalhadores Não Docentes seja das escolas, considerando inadequada a sua transferência para os Municípios.

Para a FNE, o Governo e particularmente o Ministério da Educação, têm a responsabilidade de promover a valorização destes trabalhadores.

É por isso que, **verificada a indiferença do Ministério da Educação e do Governo em relação a estes problemas, a FNE considera essencial dar voz à insatisfação destes Trabalhadores, convocando uma Greve Nacional de Trabalhadores Não Docentes para o dia 4 de maio de 2018.**



## Conferência de Évora

# A escola como garantia de igualdade e equidade na sociedade

O Évora Hotel foi o local escolhido para a realização da quarta Conferência do Ciclo de Conferências 2018 que a FNE organiza em conjunto com a UGT, CEFO SAP, ISCTE-IUL, CBS e a UFP, que se vai estender a Coimbra, Braga, Viseu, Leiria, Bragança e Lisboa.

João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, na cerimónia de abertura deu as boas-vindas a uma sala cheia, sublinhando no seu discurso a ideia de que é fundamental atingirmos o máximo por uma Escola inclusiva em que todos dão o melhor de si. Esta foi uma opinião partilhada por Josefa Lopes, Presidente do SDPSul que alertou também para o problema das desigualdades, onde Portugal está na cauda da Europa, salientando a importância da educação para esbater esta situação. Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT, reforçou o papel importante que estas Conferências têm no sentido de serem discutidas matérias importantes para o futuro da educação até a nível regional e pela valorização do território que este ciclo cumpre, indo a vários

pontos do país, ouvindo os problemas localmente.

O primeiro conferencista convidado a intervir foi Arnaldo Frade, Delegado Regional do IEFP Alentejo, que começou por comentar dados que demonstram um novo paradigma com a descida do número de desempregados em cerca de 5200, fruto de um maior investimento que se vem a verificar na zona do Alentejo. Arnaldo Frade alertou que a formação é um problema na zona, pois muitas vezes as empresas procuram trabalhadores, mas falta qualificação para as necessidades pedidas. O conferencista defendeu ainda o quanto é importante valorizar as pessoas, principalmente com salários justos, que motivem quem trabalha. Especificamente sobre o Alentejo, Arnaldo Frade deixou a ideia forte de que a zona se encontra numa encruzilhada e que é necessário que os vários atores económicos da zona, sejam privados ou públicos, se unam na criação de uma rede que crie bons caminhos para todos de forma a captar novos residentes e pessoas

interessadas em trabalhar na zona.

Após a intervenção de Arnaldo Frade, os comentários ficaram a cargo de Nuno Alas (Ex diretor do Centro de Formação Profissional de Évora e Técnico Superior do IEFP), José Ramalho (Diretor do Centro Distrital de Évora / Instituto da Segurança Social), Christian Santos (Diretor da Mecachrome de Évora) e Vanessa Pereira (Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos da Tyco). Todos os comentadores convergiram na mesma ideia: É necessário mudar a forma como pensamos a Escola atualmente e fazer ver à sociedade a importância e o papel importante que o ensino profissional também tem. Além disso foram também discutidos novos desafios que a área do Alentejo pede, como sejam a subida da taxa de alfabetização, dar continuidade a políticas de formação, ter iniciativa regional, criar modos de atração de pessoas para a zona onde a indústria da aeronáutica oferece constantemente novas oportunidades de trabalho.

O primeiro painel de comentadores defendeu também a necessidade de identificar na base e perceber por onde se deve construir o caminho, mudar mentalidades sociais, requalificar pessoas com ajuda do IEFP, contribuindo desta forma para o desenvolvimento pessoal e económico da população da zona.

Bravo Nico, Coordenador do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, trouxe à Conferência a preocupação sobre a desigualdade crescente entre regiões de alta e baixa densidade populacional no país. Para Bravo Nico a educação devia ser garantia de promoção à igualdade e equidade nas oportunidades que as pessoas vão ter no resto da sua vida, defendendo ainda que a qualificação é condição fundamental para que não exista desigualdade territorial como agora assistimos. O conferencista afirmou que não basta garantir o acesso à educação: é necessário garantir também a qualidade da frequência e promover as condições para o sucesso. Assim atingiremos a igualdade e ficamos mais perto de pôr em prática esse mesmo sucesso. O conferencista apresen-

tou ainda números que mostraram como na maioria das zonas do Alentejo se verificaram desistências de alunos na passagem do 2º para o 3º ciclo, demonstrando a imagem de despovoamento e falta de qualificação que atinge esta zona do país. A fechar, Bravo Nico deixou o aviso: é necessário além da aposta na qualificação e no território, alterar as políticas de: emprego, habitação, fiscais, apoio social e económicas.

A intervenção de Bravo Nico foi comentada por um painel composto por Agostinho Arranca (Professor do Agrupamento de Escolas de Vila Viçosa), Lurdes Brito (Diretora do Agrupamento de Escolas nº 4 de Évora), António Lula (Vice-Presidente da Fundação Alentejo) e Luís Romão (Professor no Agrupamento de Escolas de S. Lourenço - Portalegre). Também neste painel existiu unanimidade quanto ao que foi dito pelo conferencista. Todos concordaram que as políticas têm que mudar, que o papel do Estado tem que ser melhor, que a Escola em Portugal não é do séc.21 e que é cada vez mais preciso ter docentes preparados para as novas tecnologias e desafios do mundo moderno. É necessário

criar uma estratégia de apoio educativo onde não se permitam discriminações, nem desigualdades entre os alunos. A única discriminação aceite é a discriminação positiva. A oferta formativa tem de ser adaptada às necessidades das empresas e as políticas educativas têm de ser diferentes para o interior, pois na opinião geral do painel, as leis estão feitas à medida das grandes cidades.

O encerramento ficou a cargo de Ana Isabel Machado (Diretora do Centro Local do Alentejo Central da ACT), Joaquim Gomes, Presidente da UGT-Évora e João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, em representação de Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente da UGT, ausente por motivos profissionais. A mensagem transmitida no final foi a de que é fundamental dar à Escola um lugar privilegiado de forma a alcançarmos uma sociedade mais justa. João Dias da Silva congratulou todos os participantes pelo seu contributo positivo e terminou realçando a cada vez maior necessidade de se construir a ideia de se desenvolverem políticas de educação dirigidas a realidades locais e com políticas governamentais mais duradouras.



# «Precisamos de inovar em educação»

O Ciclo de Conferências 2018 sobre Educação, passou pelo Funchal no passado dia 14 de abril. Sala cheia no Auditório do Museu Casa da Luz para mais um evento deste Ciclo que contou com a participação de Marco Gomes (Diretor Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira) e de Sara Estudante Relvas (Presidente do Conselho Diretivo do Instituto para a Qualificação, IP-Região Autónoma da Madeira) como conferencistas convidados.

A sessão de abertura esteve a cargo do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, de António Pinho, Presidente do SDPMadeira, de Ricardo Freitas, Presidente da UGT-Madeira e também de Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT.

Em seguida o convidado Marco Gomes deu início ao debate sobre o tema "Educação e Formação para um desenvolvimento sem desigualdades" cuja intervenção teve depois como comentadores Isabel Garcia (UGT-Madeira), Pedro Cabrita (SDPMadeira/FNE), Adelaide Ribeiro (UGT-Madeira) e Cláudio Dias (SDPMadeira/FNE).

Depois foi a vez de Sara Estudante Relvas apresentar a sua comunicação sendo que desta feita a abertura de comentários e debate ficou a cargo de Liliana Rodrigues (UGT-Madeira), Paulo Belo (SDPMadeira/FNE), Sofia Canha (UGT-Madeira) e Paulo Moura (SDPMadeira/FNE).

Coube a Jorge Carvalho, Secretário Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira e Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente da UGT a sessão de encerramento.

Esta foi a terceira Conferência do Ciclo de Conferências, que saiu pela primeira vez do continente e onde se pretende debater, sob os vários pontos de vista, alguns dos problemas com que se confrontam a Educação e a Formação, procurando combater-se as desigualdades e identificando os fatores que podem ser melhorados, de forma a minimizar essa diferença.

Discutir o papel da Educação e da Formação na procura pela igualdade é, portanto, o grande mote destas conferências a que estamos a assistir durante o ano de 2018.





# Contrato Coletivo entre a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF), a FNE e outros

A 22 de agosto de 2017 é publicado o Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) nº31 que veio regulamentar as relações laborais dos trabalhadores docentes e não docentes **de todo o setor privado da educação**, sendo que, não se pode deixar de considerar este como um momento histórico para a FNE e para os seus Sindicatos.

A Confederação Nacional da Educação e Formação é constituída pela Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) – com quem sempre estabelecemos parcerias nos Contratos Coletivos que vigoraram até agosto de 2015, e a ANESPO (Associação Nacional de Escolas Profissionais), tendo esta como principal objetivo o estabelecimento de uma ponte sobre a defesa da educação e formação privada em Portugal, “enquanto expressão das liberdades de ensinar e aprender”.

Os STAAE’S têm vindo a ser, há cerca de 30 anos, a única voz do pessoal não docente integrado, quer no ensino particular e cooperativo, quer nas IPSS, quer nas MISERICÓRDIAS, já que somos a única força sindical a integrar associados oriundos destes setores de ensino e a proceder à sua representação inequívoca.

Daí que, tenhamos, nas últimas décadas, lutado, incessantemente, por fazer acordos que obstem a que os trabalhadores não docentes do ensino particular e cooperativo venham a “cair” no âmbito do Código do Trabalho, situação que se deve, sinceramente, evitar, pois aí, não poderiam vir a exigir dos respetivos empregadores o aumento dos seus salários por qualquer tabela salarial publicada em BTE, simplesmente porque, sem acordo, elas não viriam a ser publicadas.

Sucedem que, uma das grandes novidades deste Contrato Coletivo,

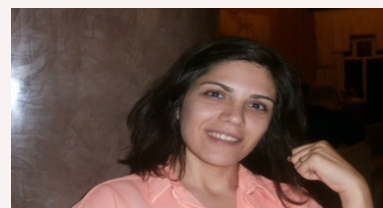
é, precisamente, responsabilizar todos os trabalhadores para o esforço de que depende a valorização da contratação coletiva em Portugal, fazendo com que, cada um deles, sindicalizados ou não, que se pretenda reger pelo Contrato Coletivo em questão, ou que pretenda exigir o cumprimento das respetivas tabelas salariais, tenha de participar nos encargos da negociação ou sindicalizar-se num dos Sindicatos aderentes à Convenção, situação que exige de nós MUITO MAIS. Daí que, porque estamos conscientes de que este não é o contrato perfeito, mas foi o possível face às limitações orçamentais por parte do estado na comparticipação dos cursos profissionais e perante a fragilidade das escolas privadas que ficaram sem contrato de associação, volvidos quase oito meses, venhamos fazer novas exigências.

Assim:

- Queremos que todas as normas travão impostas aos nossos associados que estiveram connosco ao longo destes anos, nos anteriores contratos coletivos com a AEEP, venham a ser desconsideradas, sob pena de poderem vir a ser ultrapassados pelos que só agora aderiram ao nosso sindicato ou ao contrato por nós subscrito;
- Queremos que a todos os trabalhadores não docentes das Escolas Profissionais, lhes seja contabilizado o tempo de serviço, desde o início de funções na categoria;
- Queremos garantir que todos os trabalhadores não docentes que adiram a este Contrato tenham mais perspectivas de carreira a nível remuneratório;

- Queremos ver reconhecida a igualdade entre os Psicólogos dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e os Psicólogos das escolas profissionais, pois não podemos, de forma alguma, concordar, que profissionais com o mesmo conteúdo funcional mereçam tratamento diferente, consoante, estejam num regime ou noutro. É necessário realçar o papel do Psicólogo na comunidade educativa, uma vez que tem responsabilidades na prevenção, na consultadoria, na formação, na avaliação psicológica e psicopedagógica nos diversos agentes educativos, nomeadamente na intervenção junto dos alunos – no seu sucesso educativo; no desenvolvimento de competências de vida, bem-estar e realização pessoal; junto das famílias, dos Encarregados de Educação e junto dos Outros Profissionais de Educação. Ora esse papel é exatamente o mesmo no ensino particular e no ensino profissional.

Sem prescindir, não podemos nem queremos deixar de afirmar que o STAAE-ZN continuará sempre disponível para participar ativamente na discussão das normas regentes desta Convenção, no sentido de as aproximar às necessidades e ao reconhecimento dos nossos trabalhadores não docentes, uma vez que trabalhadores com perspetivas mais elevadas terão um desempenho mais satisfatório junto da Comunidade Educativa.



Carina Silva STAAE-ZN

# FNE em Dublin com a Aliança das Aprendizagens

A convite da Comissão Europeia (CE), a FNE participou em mais um evento da Aliança Europeia das Aprendizagens (EAfA), que decorreu em 16 e 17 de abril de 2018, em Dublin, na Irlanda, sob o lema do “Envolvimento dos Parceiros Sociais na Promoção de Cursos de Aprendizagem de Qualidade”, numa co-organização com o Sindicato de Professores da Irlanda (TUI) e da Connect Trade Union, que filia trabalhadores de vários setores de atividade.

O evento juntou mais de 160 participantes da Irlanda, uma delegação da CE, liderada por Norbert Schobel, John Halligan, Ministro irlandês para a Formação, Competências, Inovação, Investigação e Desenvolvimento, e alguns jovens da Rede Europeia de Aprendizagem (EAN).

O objetivo desta reunião foi o de discutir o papel dos sindicatos e dos parceiros sociais na promoção da qualidade e da aprendizagem efetiva, tema de uma apresentação da FNE, na qualidade de membro da EAfA, desde junho de 2015. As boas vindas foram dadas por Patricia King, Secretária-Geral do Congresso dos Sindicatos Irlandeses, que salientou que “a burocracia é um autêntico ‘killer’ na Educação e Formação Profissional” e que os cursos de aprendizagem são uma boa alternativa educativa, se bem que seja necessário passarmos a mensagem do seu real valor, inclusive para o prosseguimento de estudos superiores.

Depois de Norbert Schobel ter feito uma atualização sobre os

cursos de aprendizagem na Europa, Ashwani Aggarwal, da OIT, sublinhou que os sindicatos têm um papel muito mais presente no desenvolvimento dos cursos de aprendizagem que os próprios empregadores e que os principais desafios do Diálogo Social estão na vontade política dos governos em se envolverem como parceiros efetivos, no compromisso dum Diálogo Social forte e com resultados práticos, na capacidade técnica e no acesso a informação relevante.



Um ponto crucial nos cursos de aprendizagem é o facto de haver ou não um salário justo para aprendizes. Um exemplo citado é que na Alemanha metade dos alunos envolvidos em cursos de cabeleireiros abandonam os seus programas, porque ganham muito pouco e são explorados.

Depois de se aflorar o caso irlandês seguiu-se um debate, em que intervieram, entre outros, Susan Flocken (Diretora do Comité Sindical Europeu da Educação – CSEE) e Irina Jemeljanova, perita do CEDEFOP (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional).

De tarde, a sala dividiu-se em duas partes, seguindo-se dois pares de

oficinas paralelas de hora e meia cada (I e II e III e IV). Joaquim Santos, da FNE, foi o primeiro de cinco intervenientes na oficina II, sobre “O Papel dos Sindicatos nos Sistemas de Governança Nacionais”, em que salientou o trabalho da sua Federação em Portugal em prol da Educação e Formação Profissional (incluindo Cursos de Aprendizagem) e a importância para o futuro da recomendação adotada pelo Conselho Europeu, em 15 de março deste ano, referente ao Quadro Europeu para a Qualidade e Eficácia da Aprendizagem, salientando dois de entre os 14 critérios que lá constam: o do Apoio Pedagógico e Reforma da Provisão de EFP e o do Envolvimento dos Parceiros Sociais em todo o processo.

Na noite de 16 de abril a organização ofereceu um jantar volante e musical no Clube de Professores, no 36 da Parnell Square West, Rotunda, e na manhã do dia 16 houve quatro visitas a quatro locais relacionados com cursos de aprendizagem, tendo a FNE escolhido a Glanbia, no condado de Lois, uma enorme unidade da indústria alimentar irlandesa, com experiências de sucesso no campo destes cursos vocacionais.

A Comissão Europeia anunciou nesta iniciativa que a Semana Europeia do Ensino Profissional irá decorrer este ano entre 5 a 9 de novembro, em Viena, com atividades espalhadas por todo o continente europeu. Entretanto, uma nova reunião da EAfA está marcada para 21 e 22 de junho de 2018, em Roma.

# Diplomas publicados em Diário da República - abril de 2018

[Resolução da Assembleia da República n.º 84/2018 - DR n.º 65/2018, Série I de 2018-04-03](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a realização de um concurso interno antecipado de professores respeitando as regras gerais dos concursos.

[Portaria n.º 94/2018 - DR n.º 66/2018, Série I de 2018-04-04](#)

Finanças

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 40/2017, de 27 de janeiro [definição da remuneração da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.), no âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)]

[Despacho n.º 3320/2018 - DR n.º 66/2018, Série II de 2018-04-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Educação - Gabinetes do Primeiro-Ministro e do Ministro da Educação

Nomeia Presidente do Conselho de Administração da Fundação do Desporto o Mestre Paulo José Frischknecht.

[Aviso n.º 4469/2018 - DR n.º 67/2018, Série II de 2018-04-05](#)

Educação - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Procedimento de seleção de entidade organizadora da Edição de 2018 do Programa Jovens Criadores.

[Resolução da Assembleia da República n.º 96/2018 -DR n.º 68/2018, Série I de 2018-04-06](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a efetiva

aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, a todos os bolsiros de gestão de ciência e tecnologia. [Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 57/2016](#), de 29 de agosto, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento]

[Portaria n.º 98/2018 - DR n.º 70/2018, Série I de 2018-04-10](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Portaria que procede à alteração dos Regulamentos dos Concursos Locais para a Matrícula e Inscrição nos Cursos de Licenciatura em Música e Teatro da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo do Instituto Politécnico do Porto.

[Despacho n.º 3638/2018 -DR n.º 71/2018, Série II de 2018-04-11](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação Cessa a comissão de serviço, no cargo de Diretora-Geral da Administração Escolar, a mestre Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes Oliveira.

[Despacho Normativo n.º 6/2018 - DR n.º 72/2018, Série II de 2018-04-12](#)

Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação

Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos.

[Resolução da Assembleia da República n.º 109/2018 - DR n.º 74/2018, Série I de 2018-04-16](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo o reforço dos meios de apoio aos cidadãos portugueses que regressem ao País.

[Declaração de Retificação n.º 284/2018 -DR n.º 74/2018, Série II de 2018-04-16](#)

Educação - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Retificação da data de produção de efeitos do Despacho n.º 3358/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 64, de 1 de abril. [Designação, em comissão de serviço, de cargo de direção intermédia de 1.º grau - Francisco Manuel Marques - Delegado Regional de Educação do Algarve]

[Declaração de Retificação n.º 285/2018 -DR n.º 74/2018, Série II de 2018-04-16](#)

Educação - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Retificação da data de produção de efeitos do Despacho n.º 3361/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 64, de 1 de abril. [Designação, em comissão de serviço, de cargo de direção intermédia de 1.º grau - Manuel Maria Feio Barroso - Delegado Regional de Educação do Alentejo]

[Declaração de Retificação n.º 285/2018-DR n.º 74/2018, Série II de 2018-04-16](#)

Educação - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares  
Retificação da data de produção de efeitos do Despacho n.º 3361/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 64, de 1 de abril. [Designação, em comissão de serviço, de cargo de direção intermédia de 1.º grau - Manuel Maria Feio Barroso - Delegado Regional de Educação do Alentejo]

[Decreto Legislativo Regional n.º 7/2018/M-DR n.º 75/2018, Série I de 2018-04-17](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa  
Terceira alteração do Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/M, de 25 de fevereiro. [É aprovado o Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma da Madeira, constante do anexo I deste diploma]

[Resolução da Assembleia da República n.º 114/2018 - DR n.º 76/2018, Série I de 2018-04-18](#)

Assembleia da República  
Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas até ao final da 3.ª sessão legislativa.

[Lei n.º 17/2018 - DR n.º 77/2018, Série I de 2018-04-19](#)

Assembleia da República  
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 15/2018, de 7 de março, que aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança.

[Despacho n.º 3992/2018 - DR n.º 77/2018, Série II de 2018-04-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro  
Homologa a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal.

[Despacho n.º 3993/2018 - DR n.º 77/2018, Série II de 2018-04-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro  
Homologa a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

[Despacho n.º 3994/2018 - DR n.º 77/2018, Série II de 2018-04-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro  
Homologa a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria.

[Despacho n.º 3995/2018 -DR n.º 77/2018, Série II de 2018-04-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro  
Homologa a eleição da reitora da Universidade de Évora.

[Portaria n.º 107-A/2018 - DR n.º 77/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-04-19](#)

Finanças e Educação  
Dotação de vagas do concurso externo, concurso externo extraordinário, concurso externo do ensino artístico especializado de música e da dança, concurso extraordinário de vinculação do pessoal docente das componentes técnico-artísticas do ensino artístico especializado das artes visuais e dos audiovisuais a ocorrer em 2018.

[Portaria n.º 107-B/2018 - DR n.º 77/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-04-19](#)

Finanças e Educação  
Dotação das vagas do concurso interno antecipado, concurso interno do ensino artístico

especializado da música e da dança a ocorrer em 2018.

[Despacho n.º 4030-A/2018 - DR n.º 77/2018, 1º Suplemento, Série II de 2018-04-19](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação  
Determina a realização de concurso interno antecipado no ano de 2018.

[Despacho n.º 4054/2018 - DR n.º 78/2018, Série II de 2018-04-20](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior  
Designação, em comissão de serviço, da diretora de serviços de Suporte à Rede do Ensino Superior da Direção-Geral do Ensino Superior, licenciada Inês Vaz Pinto Almeida Vasques Branco.

[Aviso n.º 5442-A/2018 - DR n.º 78/2018, 2º Suplemento, Série II de 2018-04-20](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar  
Concurso de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2018/2019, nos termos do previsto e regulado pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na última redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março, com a alteração prevista no artigo 315.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

[Despacho n.º 4160/2018 - DR n.º 80/2018, Série II de 2018-04-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Designa o coordenador geral da equipa de coordenação técnica do INCoDe.2030 (Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030), os responsáveis pelo apoio técnico ao coordenador geral e o responsável do Fórum Permanente para as Competências Digitais.

[Declaração de Retificação n.º 309/2018 - DR n.º 80/2018, Série II de 2018-04-24](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Retifica a Deliberação n.º 218/2018, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro, relativa à fixação dos pré-

requisitos para a candidatura ao ensino superior de 2018-2019.

[Parecer n.º 7/2018 - DR n.º 81/2018, Série II de 2018-04-26](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018 - DR n.º 82/2018, Série I de 2018-04-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Nacional e o respetivo Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar.

[Portaria n.º 113/2018 - DR n.º 83/2018, Série I de 2018-04-30](#)

Educação, Saúde e Agricultura, Florestas e

Desenvolvimento Rural  
Institui o regime escolar previsto no Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento

Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Regulamento (UE) 2016/791, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio, estabelecendo as regras nacionais complementares da ajuda à distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas e leite e produtos lácteos, nos estabelecimentos de ensino, às medidas educativas de acompanhamento e a certos custos conexos, em aplicação da respetiva estratégia nacional para o período compreendido entre 1 de agosto de 2017 e 31 de julho de 2023.

[Despacho n.º 4305/2018 - DR n.º 83/2018, Série II de 2018-04-30](#)

Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Economia - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. Extinção de Centros Qualifica, cuja criação foi autorizada nos termos do Despacho n.º 1971/2017, de 8 de março.





# MAIO

## NACIONAL

**19 maio (sábado) Lisboa — 15h00**  
**Marquês de Pombal**

Contra  
o apagão  
do tempo  
de serviço

Pelo direito  
a uma  
aposentação  
em tempo  
justo

Por horários  
adequados  
ao exercício  
profissional

Por medidas  
que combatam  
o desgaste e o  
envelhecimento  
da profissão

**ESCOLA DE QUALIDADE**  
**SÓ COM TRABALHADORES VALORIZADOS**



INSCREVE-TE  
NOS TRANSPORTES  
ORGANIZADOS

**FICHA TÉCNICA**  
**ABRIL 2018**

**proprietário**  
 Federação Nacional da Educação

**diretor**  
 João Dias da Silva

**editor**  
 Pedro Barreiros

**produção de conteúdos**  
 Joaquim Santos e Tiago Soares

**secretariado**  
 Teresa Morais

**sindicatos membros**  
 Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
 Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
 Sindicato Democrático dos Professores da  
 Grande Lisboa e Vale do Tejo \* Sindicato

Democrático dos Professores do Sul \* Sindicato  
 Democrático dos Professores dos Açores \*  
 Sindicato Democrático dos Professores da  
 Madeira \* Sindicato dos Professores nas  
 Comunidades Lusiadas \* Sindicato dos Técnicos  
 Superiores, Assistentes e Auxiliares de  
 Educação da Zona Norte \* Sindicato dos  
 Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de  
 Educação da Zona Centro \* Sindicato dos  
 Técnicos Administrativos e Auxiliares de  
 Educação do Sul e Regiões Autónomas

**responsável administrativo e financeiro**  
 Joaquim Fernandes

**redação**  
 Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*  
 tel. 225 073 880 \* fax. 225 092 906 \*  
 secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**  
 Tiago Soares

